

# Mailson: "Estamos no caminho correto".

A política de controle do déficit público e combate à inflação será mantida, apesar do índice de quase 24% previsto para este mês. A afirmação partiu do próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que ontem em Brasília negou mais uma vez a possibilidade de choque e congelamento de preços. Segundo Mailson, duas medidas estão em estudos no momento: a redução dos prazos de recolhimento de impostos (para diminuir a perda inflacionária sobre as receitas do governo) e o reajuste "um pouco abaixo da inflação" de algumas tarifas públicas.

Mailson afirmou que teve a aprovação do presidente Sarney, com quem almoçou ontem, para sua estratégia de combate à inflação pelo corte do déficit público. "Vamos ampliar os esforços para manter a meta de déficit público de 4% do PIB. E por aí que vamos criar condições para a queda da inflação", disse o ministro.

"Eu repito que tentar um choque, nessa altura do campeonato, é suicídio político, econômico e social", enfatizou Mailson, lamentando que algumas pessoas continuem a alimentar essa idéia, "por interesses políticos e pessoais, ou por irresponsabilidade mesmo". O ministro da Fazenda disse ainda que não há nada que o governo possa fazer para quebrar a expectativa inflacionária, além de demonstrar confiança no que vem tentando.

"Nós só quebramos a expectativa se mantivermos a credibilidade da política econômica. É a determinação do governo, apesar dos contratempos que tivemos agora, preservar as medidas e continuar acreditando que estamos no caminho correto", disse Mailson. O ministro também negou qualquer mudança na política salarial, agora que a URP se aproxima de 20%.

Mailson da Nóbrega atribuiu a alta da inflação ao "choque agrícola", repetindo os argumentos apresentados anteontem pelo ministro do Planejamento, João Batista Abreu, de que só em São Paulo os alimentos subiram 30%. Ele admitiu que o governo pode tentar usar mais adequadamente seus estoques reguladores para conter a alta dos preços, citando especialmente o caso do arroz, que teve uma boa safra, está estocado, e mesmo assim subiu de preço em julho. Mas fez uma ressalva: o governo não pode adotar medidas de curto prazo que comprometam uma política mais ampla de abastecimento e financiamento de produtos.

O ministro da Fazenda também repetiu seu colega do Planejamento ao negar que o governo esteja pensando em intervir no índice de inflação, expurgando as altas "acidentais". "Seria uma sandice, porque poria por terra a credibilidade de um instituto sério como o IBGE, que trabalha de forma independente", disse Mailson. Ele fez questão de enfatizar que não haverá nenhuma mudança no sistema de correção monetária ou de cálculo dos preços. Ontem, em nota divulgada à imprensa, o IBGE também negou a possibilidade de qualquer modificação no cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que é utilizado como indexador da economia.



Ricardo Chaves

*Mailson: "Choque é suicídio político, econômico e social".*

Quanto às duas medidas adicionais citadas, Mailson esclareceu que elas estão em estudos. No caso de redução dos prazos de recolhimento de impostos — que deverá alcançar também impostos estaduais como o ICM —, ele espera receber as simulações da Receita Federal neste final de semana. No caso das tarifas públicas, o ministro fez questão de ressaltar que não pretende ree-

ditar a política de contenção tarifária adotada anteriormente pelo governo. O que se pretende, segundo Mailson, é dar reajustes menores que a inflação para algumas tarifas críticas, desde que isso não comprometa o caixa e a remuneração das empresas públicas prestadoras de serviços. O ministro, no entanto, não disse quais seriam essas tarifas "críticas".